



Quarenta anos depois, as reflexões sobre o golpe

Entre a noite do dia 31 de março e a madrugada do dia 1º de abril de 1964, o país mergulhou na ditadura. Tropas comandadas pelo general Olímpio Mourão Filho deslocaram-se de Minas Gerais para o Rio de Janeiro, desencadeando levantes que eram iminentes. Com a deposição do presidente João Goulart, os mi-

litares tomaram o poder, sem provocar reações imediatas. O movimento, de início, teve amplo apoio de altos chefes militares, políticos, empresários, setores religiosos e da classe média. Com a promessa de livrar o Brasil do comunismo e da corrupção, e prevendo realizar eleições diretas no ano seguinte, os militares acabaram ficando longos 21

anos no poder, um dos períodos considerados mais obscuros da história do país, marcado por supressão das liberdades, prisões, mortes e tortura. A partir desta edição, A GAZETA publica uma série de reportagens sobre os 40 anos do golpe de 1964, com os reflexos da ditadura no Espírito Santo. A próxima sai no domingo que vem.



AJB

RADANEZI AMORIM E GABRIELA RÖLKE

Uma ditadura, um Estado, duas faces da mesma história. Se por um lado, o regime autoritário representou a limitação de liberdades individuais e soltas concessões políticas, mi-

Os militares no poder

1963 Ano marcado por uma intensa atividade política. Desde o ano anterior, o

1º ABR Goulart segue para Brasília, depois para Porto Alegre, onde

1967 24 JAN Castello Branco impõe ao Congresso a aprovação de uma nova Constituição, que institucionaliza o Regime Militar.

15 MAR Toma posse o sucessor de Castello Branco, o general Arthur da Costa e Silva.

Uma ditadura, um Estado, duas faces da mesma história. Se por um lado, o regime autoritário representou a limitação de liberdades individuais e coletivas, perseguições políticas, prisões, torturas e o desaparecimento de pessoas consideradas subversivas, paradoxalmente, nesse período, o Espírito Santo registrou o maior salto em seu desenvolvimento econômico.

O Governo militar, interessado em viabilizar o chamado milagre econômico, potencializou no Estado uma estratégia de crescimento que tinha como base as grandes indústrias – o que já começara a ser desenhando por setores da elite capixaba desde a década de 1950. Também teria deixado de contar, para os altos comandantes militares, o peso político de Estados como São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

“O capixaba podia ser contrário ao golpe por razões ideológicas e políticas. Mas não podia ser contra o Governo militar, porque foi o período em que conseguimos as maiores conquistas”, avalia o ex-governador Christiano Dias Lopes Filho, o primeiro eleito indiretamente sob a tutela dos militares.

Custo

O custo do “milagre” para o país, no entanto, foi alto. Em órgãos de repressão como o Departamento de Organização Política e Social (Dops) da Polícia Federal, pessoas eram interrogadas, torturadas e mortas, nos tempos mais sombrios da repressão. Em 1995, o Governo federal admitiu a responsabilidade pelo desaparecimento de presos políticos e estimou em cerca de 350 as vítimas do regime.

Cinco anos antes, havia sido aberta uma vala clandestina no Cemitério de Perus, em São Paulo. Boa parte das 1.500 ossadas era de militantes políticos considerados desaparecidos.

No Estado, o subsecretário nacional de Direitos Humanos Perly Cipriano tinha 18 anos em 1964. Por se opor à ditadura, passou 10 anos preso. O ex-governador Vítor Buaiz também chegou a ser preso por 46 dias no 3º Batalhão de Caçadores, em 1972. Com 29 anos, filiado ao antigo “partidão”, o PCB, ele e vários amigos e alunos de Medicina que atuavam em um posto de saúde enviavam medicamentos para a guerrilha contrária ao regime que atuava na região do Rio Araguaia, no Pará.

Início

As origens do golpe de 64, segundo historiadores e cientistas políticos, está em “tendências conspiratórias” de setores militares e sociais contra a herança do populismo de Getúlio Vargas. Mas, na prática, o levante começou a ganhar forma no Governo de Jânio Quadros, que assumiu em janeiro de 1961 e ficou apenas oito meses no poder, renunciando sob forte pressão do que chamou de “forças ocultas”.

Foi substituído pelo vice, João Goulart, o *Jango*, que também não agradava a setores da direita, aos militares e aos parlamentares. Para governar, teve de aceitar a mudança para o regime parlamentarista, em que teria os poderes reduzidos. Em seu Governo, Jango tentou fazer diversas reformas, mas era visto com desconfiança pelas elites.

Temendo uma guinada ao comunismo, setores da elite, militares, classe média, empresários e até a Igreja apoiaram a tomada do poder pelos militares, que indicaram para a Presidência o general Humberto de Alencar Castello Branco. “O golpe foi uma grande coalizão civil-militar”, resumiu o professor doutor Carlos Vinícius, da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes).

Em 1969, a ditadura conhece seu período mais brutal, sob o comando do general Emílio Garrastazu Médici. Depois de 21 anos no poder, os militares promoveram o retorno ao Governo civil, em 1985, com a eleição de Tancredo Neves pelo Colégio Eleitoral, após o movimento pelas Diretas já. Tancredo, no entanto, não chegou a assumir. Faleceu em 21 de abril e foi substituído pelo vice, José Sarney.

Os militares no poder

1963 Ano marcado por uma intensa atividade política. Desde o ano anterior, o presidente João Goulart vinha preparando o seu Programa de Reformas de Base (o principal ponto era a reforma agrária).

1964 **13 MAR** Em um comício na Central do Brasil para 300 mil pessoas, Goulart é aplaudido ao decretar a nacionalização das refinarias de petróleo.

19 MAR Vem o início da reação à política do Governo: Marcha da Família, com Deus, pela Liberdade: 400 mil pessoas

31 MAR Tropas deslocam-se de Minas para o Rio. Altos chefes militares e políticos apóiam a deposição do presidente.

1º ABR Goulart segue para Brasília, e, depois, para Porto Alegre. Um dia depois, o Congresso declara vaga a Presidência da República. Quem assume o cargo é o presidente da Câmara, Ranieri Mazzilli.

4 ABR Goulart se exila no Uruguai. É o golpe e o início da ditadura militar.

9 ABR Decretado o Ato Institucional nº 1 (AI-1), que inicia as cassações.

15 ABR O general Castello Branco é eleito presidente.

13 JUN É criado o Serviço Nacional de Informações (SNI) - polícia política.

27 OUT A UNE é extinta.

Congresso a aprovação de uma nova Constituição, que institucionaliza o Regime Militar.

15 MAR Toma posse o sucessor de Castello Branco, o general Arthur da Costa e Silva.

1968 **28 MAR** O estudante Edson Luiz de Lima Souto, 17 anos, é assassinado por policiais no restaurante estudantil Calabuço, no Rio.

1º ABR Três dias depois da morte de Edson Luiz, os estudantes “comemoram” o aniversário de quatro anos do golpe com uma manifestação no centro do Rio. O Exército ocupa a cidade. Estudantes são detidos na Candelária.

26 JUN A UNE promove no Rio a Passeata dos Cem Mil, da qual participaram intelectuais, artistas, padres e um grande número de mães.

13 DEZ À noite, Costa e Silva fecha o Parlamento e decreta o Ato Institucional nº 5 (AI-5), que duraria até 1978. O presidente pode cassar mandatos, suspender direitos políticos e endurecer a repressão policial e militar. É o mergulho na ditadura.

1969 **31 AGO** Junta militar assume o Governo.

4 SET Grupos de esquerda seqüestram no Rio o embaixador norte-americano Charles Elbrick, que é trocado por 15 presos políticos.

30 OUT O general Emílio Garrastazu Médici, escolhido pela Junta Militar, toma posse como presidente. Crescem a repressão e a censura.

4 NOV Carlos Marighella é morto pelas forças da repressão. É a época de projetos de grande porte – os chamados “projetos faraônicos”, como a Rodovia Transamazônica e a Ponte Rio-Niterói.

1974 **15 MAR** O general Ernesto Geisel assume a presidência, enfrenta o fim do milagre econômico e anuncia a “distensão lenta, gradual e segura” em direção à democracia.

1975 **24 OUT** O jornalista Vladimir Herzog vai prestar esclarecimentos sobre sua atividade política. É morto sob tortura nas dependências do DOI-Codi (suicídio é a versão oficial).

1976 **17 JAN** O metalúrgico Manuel Fiel Filho morre nas dependências do DOI-Codi.

1977 **12 OUT** Geisel exonera o general linha-dura Sylvio Frota (Ministro do Exército).

1978 **15 OUT** O general João Baptista Figueiredo é escolhido presidente pelo Congresso.

31 DEZ Geisel revoga o AI-5

1979 **15 MAR** Posse de Figueiredo, o último presidente militar do país.

28 AGO Figueiredo sanciona a Lei de Anistia, que beneficia 4.650 pessoas, entre cassados, banidos, presos, exilados ou simplesmente destituídos dos seus empregos. Leonel Brizola retorna ao país. O secretário-geral do PCB, Luiz Carlos Prestes, também volta.

21 NOV Retorno do pluripartidarismo.

1980 **13 FEV** Fundação do PT (Part. dos Trab.)

19 ABR Lula é preso por causa de suas atividades à frente do Sind. dos Metalúrgicos.

31 ABR Atentado ao Riocentro

27 AGO Atentado à sede da OAB (S. Paulo)

1983 **27 NOV** Primeira manifestação pelas Diretas Já, em frente ao estádio do Pacaembu.

1984 **25 ABR** A Emenda Dante de Oliveira, que propõe eleições diretas para presidente, é derrotada no Congresso.

1985 **15 de janeiro** Tancredo Neves derrota Maluf e é eleito presidente pelo Congresso. É o primeiro presidente civil desde o golpe de 64.

1988 **21 ABR** Tancredo morre. Seu vice, José Sarney, toma posse em definitivo.

5 OUT Promulgação da atual Constituição e final da transição para a democracia.

1989 **3 OUT** Eleição direta para presidente. Fernando Collor de Melo é eleito.



Foto: AUB

Genildo/A Gazeta/Ed. de Arte





Apesar da repressão, Estado vive fase de desenvolvimento

Christiano Dias Lopes, primeiro governador nomeado pelos militares, ressalta que os critérios mais técnicos do que políticos do regime beneficiaram o Espírito Santo

Primero governador eleito indiretamente pela Assembléia Legislativa, depois do golpe militar de 64, Christiano Dias Lopes Filho esteve à frente do Estado entre 1967 e 1970. Como tinha bom relacionamento com nomes do primeiro escalão do Governo federal, conseguiu superar as dificuldades iniciais de sua administração. Os militares o ajudaram a viabilizar importantes projetos para o desenvolvimento estadual, como a expansão rodoviária. Por tudo isso, ele avalia que, independentemente de questões ideológicas e políticas, o capixaba não podia ser contra o golpe.

Passados quase 40 anos do início do Governo militar, o que o golpe representou para o Espírito Santo?

O capixaba pode ser contrário ao golpe por razões ideológicas e políticas. Mas o filho dessa terra não podia ser contra o Governo militar, porque foi o período em que conseguimos as maiores conquistas para sair da grave situação financeira em nos encontrávamos. Temos de reconhecer que o Espírito Santo deixou de ser rabo de saia com era antes da revolução de 1964 para ser sempre incluído nos principais projetos de desenvolvimento do Governo federal para o país.

Por que o Estado conseguiu o apoio do Governo federal e recebeu a atenção dos militares?

No Governo federal deixou de haver a tonalidade de atuação política, quando só os grandes Estados, dos eleitora-



AVALIAÇÃO

Governado por Christiano Dias Lopes Filho, que tinha boa afinidade com os militares, o Espírito Santo vive uma onda desenvolvimentista, que se reflete na construção das principais estradas federais e estaduais, além da inauguração de unidades policiais e escolas. Hoje, o ex-governador afirma: 'Temos de reconhecer que o Espírito Santo deixou de ser rabo-de-saia'

Para analistas, golpe foi um desastre político

“Sob o ponto de vista econômico, o golpe foi um sucesso para o Espírito Santo. Sob o ponto de vista social e político, foi um desastre.” A avaliação é da cientista política e professora do departamento de Ciências Sociais da Ufes Marta Zorzal.

Ela lembra, por exemplo, que o modelo de desenvolvimento implantado no Governo militar privilegiava o grande capital e excluía as classes menos favorecidas. Esse fato resultou hoje na formação de uma grande massa de excluídos na região metropolitana, no aumento dos índices de violência, contribuiu para gerar o crime organizado e provocou sérios danos ambientais.

Quando os grandes projetos começaram a ser instalados, o país não registrava mais os índices de crescimento da época do “milagre econômico”. Por isso, houve forte deslocamento de populações de outros Estados em busca de emprego, criando problemas urbanos “aos montes”, diz Marta.

Ordem

Para o professor doutor do departamento de História da Ufes e Ouvidor-geral da instituição, Carlos Vinícius Costa de Mendonça, os setores dominantes econômicos e militares, parte da classe média e da Igreja entendiam que o



de Leizaola para o governo federal para o país.

Por que o Estado conseguiu o apoio do Governo federal e recebeu a atenção dos militares?

No Governo federal deixou de haver a tonalidade de atuação política, quando só os grandes Estados, dos eleitorados expressivos, eram considerados. O Espírito Santo não encontrava eco nem ressonância para suas lamentações e reivindicações. Com a implantação do Governo militar e diante de todos os estudos, mostrando nossa dramática situação, o Governo federal passou a dar mais importância aos nossos problemas.

Como era o seu contato com os primeiros escalões?

O presidente Costa e Silva esteve no Estado, ficou dois dias hospedado no Palácio Anchieta. Ele encerrou o simpósio que realizamos sobre nossos problemas. Com os dados em mãos, ele recomendou que Governo federal abrisse oportunidades para o Espírito Santo. Para isso contribuiu o ministro do Planejamento, Hélio Beltrão, com quem eu tinha um relacionamento pessoal. Também me relacionava muito bem com o general Cizeno Sarmiento, comandante do 1º Exército. Isso facilitou. Em toda a programação do Governo não era esquecida a oportunidade de desenvolver projetos no Espírito Santo.

Sem os militares, então, o Estado não sairia do lugar?



Quando fui eleito governador, muitos se lembram que o Espírito Santo era um Estado ilhado e estrangulado economicamente. A indiferença do Governo federal agravava o quadro de dificuldades. Perspectivas animadoras só começaram a se definir no Governo militar. No Governo do general Castello Branco, por exemplo, o Ministério dos Transportes recebeu determinação para prosseguir a BR 101, que estava parada na divisa com o Estado do Rio de Janeiro. As obras rodoviárias ganharam ritmo diferente. Foi concluída a BR 262, e a BR 101 chegou à Bahia. A seguir, no Governo do general Costa e Silva, o Estado passou a conhecer grandes oportunidades.

Os projetos rodoviários foram uma das marcas de

seu Governo?

Com a ajuda de Brasília, deslançou o projeto Espinha de Peixe, que teve esse nome porque definia que as rodovias federais, especialmente a BR 101 e a BR 262, como uma espinha para as quais iam todas as rodovias do Espírito Santo. Esse projeto foi tão bem estudado e aceito pelo Governo federal, que vários governadores que se seguiram a mim conseguiram financiamentos com base nele.

Em que outras áreas houve avanços?

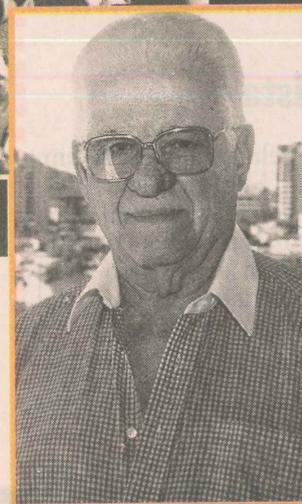
Em várias. Não havia contato telefônico para fora de Vitória, só com Colatina, mesmo as-

No Governo deixou de haver a tonalidade de atuação política

sim por rádio. Conseguimos instalar telefones em todo o Estado. O mesmo aconteceu em relação à energia elétrica. Com a Escelsa sendo absorvida pelo Governo federal, substituímos a energia deficiente em mais de nove municípios do Sul e, de Colatina em diante, para todos os demais municípios do Norte.

Como foi a repressão aos movimentos contrários ao golpe?

Houve alguns problemas, mas não no meu Governo. Nos preocupamos muito com a segurança no Estado, promovemos um combate sério à criminalidade. Os estudantes queriam ocu-



par as ruas em ações contra a revolução e eu não permitia, foi mantido um clima de respeito. Em uma ocasião, fui informado de uma passeata dos estudantes contra a revolução e contra meu Governo. Descobri o nome dos estudantes que estavam à frente do movimento e avisei aos pais que ia reagir. Os estudantes continuaram decididos e o Governo teve que enfrentar a passeata, prendendo os autores e levando-os para dentro do pátio do Palácio. De lá, fui chamando os pais para apanhá-los.

Ordem

Para o professor doutor do departamento de História da Ufes e Ouvidor-geral da instituição, Carlos Vinícius Costa de Mendonça, os setores dominantes econômicos e militares, parte da classe média e da Igreja entendiam que o golpe era inevitável para manter a ordem e evitar que o país tomasse o rumo do comunismo, que causava temor nas elites da América Latina.

“O temor ao comunismo foi fonte inesgotável de justificativa para golpes no continente”, ironiza Mendonça. Ele acrescenta que a implantação de indústrias de base no Estado, no período militar, fundamentaram-se na doutrina da segurança nacional dos militares.

Os governantes acreditavam, explica Mendonça, que empresas como a Companhia Vale do Rio Doce não poderiam ser instaladas em regiões onde fosse maior o conflito social entre empresários e trabalhadores, como no Rio de Janeiro e em São Paulo.

Para o também cientista político Roberto Beling, o golpe de 64 não representou uma “típica quartelada política latino-americana”, porque contou com o amplo apoio da população. “O movimento teve respaldo legitimamente popular e houve carnaval na zona sul carioca depois do golpe”, relatou.

A primeira semana de março de 64, em A GAZETA

João Goulart não será candidato a Senador pelo Espírito Santo

Em artigo telegráfico publicado ontem em A GAZETA, o deputado federal Ramon de Oliveira Neto revelou que, em conversa que mantinha com o presidente João Goulart, este se recusou a aceitar a indicação para o Senado Federal.

Dia 3 de março de 1964

- O presidente João Goulart nega os rumores de que seria candidato a senador pelo Estado. O desmentido é feito ao deputado federal capixaba Ramon de Oliveira Neto.
- Goulart diz ainda que se sentiria honrado em representar o Estado, mas que ainda não pensa em qualquer candidatura até o término de seu mandato.
- Por enquanto, pensa apenas em conseguir realizar suas principais metas reformistas, com destaque para a reforma agrária.

Dia 5 de março de 1964

- Vitória é assaltada pela notícia de que, “Assim como na Guanabara, a cidade vai ficar brevemente sem cigarros”, em conseqüência da greve na indústria do fumo.

Assim como Guanabara, a Cidade vai ficar brevemente sem cigarros

A greve que nos afeta neste momento na indústria do fumo, deixou praticamente sem cigarros todo o Estado do Espírito Santo, devido sempre, aos pontos de venda de fumo, tanto nos pontos de venda de fumo, quanto nos pontos de venda de fumo.

Todo o litoral brasileiro poderá

Dia 7 de março de 1964, há exatamente 40 anos



- A situação do país vai ficando mais tensa à medida em que se aproxima o comício que o presidente João Goulart realizaria na Central do Brasil, no Rio, para 300 mil trabalhadores.
- Fala-se em “manobras” para esvaziar o comício de defesa das reformas de base, visto por setores conservadores como uma “provocação”.
- O secretário de Segurança do Estado da Guanabara, coronel Gustavo Borges, ameaça com “medidas restritivas” para “amedrontar o povo”.